

Após protestos pelo país, governo alivia cortes na Educação

Por Fabio Graner e Fábio Pupo
| De Brasília



O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues: recomposição do orçamento da educação foi decisão técnica.

Uma semana depois dos protestos contra os cortes orçamentários na educação, o governo anunciou uma recomposição parcial do limite de gastos do ministério comandado por Abraham Weintraub. A medida foi possível pelo remanejamento de R\$ 1,59 bilhão que fazia parte de uma reserva orçamentária - criada em março sem destinação específica.

A reserva é usada para o governo diminuir sua possibilidade de fazer gastos neste ano e, assim, garantir o cumprimento da meta fiscal. Na prática, esse movimento foi uma espécie de contingenciamento, de R\$ 2,17 bilhões, porque reduziu o limite geral de despesas do Executivo. A vantagem foi que, dessa forma, o governo não afetou os já apertados limites atuais dos ministérios. O saldo remanescente da reserva ficou em

R\$ 1,5 bilhão.

Trabalhando com parâmetros macroeconômicos que evitaram uma perda ainda mais acentuada de receitas, o Ministério da Economia conseguiu evitar um aperto orçamentário mais drástico. Enquanto o mercado já trabalha com um cenário de crescimento do PIB mais próximo de 1%, o relatório trouxe uma projeção de 1,6%. "Os indicadores da atividade econômica observados no primeiro trimestre não recuperaram como esperado no começo deste ano", reconheceu o governo no relatório.

Para os índices de inflação o governo fez um curioso uso de projeções próprias (como no caso do IPCA, que subiu de 3,8% para 4,1%) e de mercado (como do IGP-DI, que saltou de 4,3% para 6,1%), que no final das contas também favorece o lado das receitas.

Mesmo assim, a estimativa de arrecadação administrada caiu R\$ 5,4 bilhões. O montante foi compensado com um cenário melhor das demais receitas, como as decorrentes de exploração de petróleo e dividendos. No lado das despesas, o governo reviu para baixo em R\$ 1,2 bilhão sua projeção, basicamente pelo comportamento passado de gastos obrigatórios.

A devolução de espaço para gastos no MEC anunciada ontem na

prática apenas reduziu o corte para os níveis estabelecidos no fim de março. Naquela ocasião, o governo bloqueou R\$ 5,8 bilhões da pasta, mas em maio elevou esse corte para R\$ 7,4 bilhões. Além do MEC, o governo recompôs R\$ 56,6 milhões do orçamento da pasta do Meio Ambiente.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, evitou associar o movimento aos protestos da semana passada e disse que foi uma decisão técnica de governo. "Governar é estabelecer prioridades. Sabemos o impacto que os dois ministérios têm e fizemos recomposição orçamentária", disse.

Os técnicos do governo reconheceram que a avaliação bimestral desta vez teve um diferencial. Normalmente, disseram, a Junta de Execução Orçamentária (que reúne representantes do Ministério da Economia e da Casa Civil) apenas discute a necessidade ou não de contingenciamento do Executivo. Já a decisão sobre quais pastas serão afetadas é feita posteriormente, mas foi antecipada por supostamente haver consenso entre os ministros.

A realidade, contudo, é que o presidente Jair Bolsonaro havia determinado que a área econômica atenuasse os cortes na educação após o movimento de rua. Na entrevista sobre o relatório, Waldery





disse que a União "está sob forte estresse fiscal", com o país se encaminhando para o sexto ano seguido de déficit fiscal e com contas no negativo programadas até 2022.

Sobre os números mais favoráveis para as contas públicas apresentados ontem, Waldery Rodrigues argumentou que a nova estimativa de crescimento do PIB (de 1,6%) foi calculada há algumas semanas pelo governo e era convergente com o que o mercado estimava na época. Ele reconheceu, no entanto, que nas últimas semanas a previsão do mercado se deteriorou ainda mais. Segundo ele, a reavaliação do PIB é periódica.

"O número estava muito próximo

do que o mercado estimava. Sabemos que as estimativas de mercado se alteraram para 1,24% no relatório Focus. Mas, lembrando que essa é uma reparametrização e são dados calculados periodicamente, nós, em razão da necessidade de termos que preparar várias informações envolvendo várias instituições, mantivemos essa previsão feita pelo Ministério da Economia", disse.

No caso das estimativas de inflação, ele lembrou que o IGP-DI, o indicador que mais subiu, tem forte influência do câmbio, ainda que nas projeções da Fazenda esse indicador tenha ficado quase inalterado.

Waldery informou ainda que o

relatório bimestral revisou significativamente a projeção de resultado das empresas estatais neste ano, que passou de um déficit de R\$ 3,5 bilhões para um superávit de R\$ 881 milhões. Por outro lado, o superávit primário previsto para Estados e municípios caiu de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 5,9 bilhões. Assim, explicou o secretário, a necessidade de compensação da União para garantir o cumprimento da meta do setor público consolidado ficou em R\$ 219 milhões.

Segundo Rodrigues, a piora de Estados e municípios ocorre por fatores como a falta de pagamento de dívidas por Minas Gerais após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizando o calote.

Resumo do ajuste

Em R\$ bilhões

Reserva Orçamentária - Decreto 1º Bimestre (A)	5.372,7
Ajustes - Reprogramação 2º Bimestre (B)	3.825,3
Limitação - Orçamento Fiscal e Seguridade	1.962,1
Resultado da Compensação (PDG e Entes Federativos)	219,0
Recomposição MEC	1.587,6
Recomposição MMA	56,6
Reserva Orçamentária - saldo Reprogramação 2º Bimestre (C = A-B)	1.547,4

Fonte: Ministério da Economia

Governo usa R\$ 2,2 bilhões de reserva orçamentária para evitar novos bloqueios

Danielle Brant

O governo federal vai usar recursos da reserva orçamentária para desbloquear parte do dinheiro da educação que havia sido contingenciada. A medida foi anunciada nesta quarta (22), uma semana após os protestos que levaram manifestantes a mais de 170 cidades do país.

Ao fim do primeiro bimestre, a reserva orçamentária somava R\$ 5,372 bilhões. O governo vai usar R\$ 2,166 bilhões desse valor para cobrir uma frustração de receita com o menor crescimento da economia. Além disso, destinará R\$ 1,587 bilhão para recompor recursos bloqueados no Ministério da Educação e mais R\$ 56,6 milhões para o Ministério do Meio Ambiente.

Usando a reserva, o governo contornou novo bloqueio de verbas orçamentárias, que inflamou protestos na semana passada.

Segundo o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, a decisão de não realizar novo congelamento partiu do Executivo.

Quando lhe foi perguntado por que o governo decidiu usar só agora a reserva, Rodrigues diz que o recurso seria insuficiente para cobrir a necessidade de contingenciamento

anunciada em março. “Não daria conta. Na reprogramação do segundo bimestre, os R\$ 2,1 bilhões foram absorvidos na íntegra dentro do colchão.”

O objetivo desses recursos é acomodar choques decorrentes das flutuações de receitas e despesas. O secretário afirma que a reserva pode ser reconstituída a qualquer momento, conforme melhora a arrecadação do governo.

A estimativa para a receita primária divulgada nesta quarta aumentou em R\$ 711 milhões, totalizando R\$ 1,545 trilhão. Já a projeção para despesas recuou em R\$ 1,2 bilhão, a R\$ 1,411 trilhão.

Ele também não descartou lançar mão do recurso novamente, se a situação piorar.

Na revisão de parâmetros, a projeção para o PIB foi reduzida de 2,2% para 1,6% neste ano — para 2020, houve outra redução, de 2,7% para 2,6%.

A equipe econômica também passou a ver mais inflação, com o IPCA subindo de 3,8% para 4,1% em 2019.

Ainda assim, a projeção para o PIB feita pela equipe econômica se manteve abaixo das expectativas de mercado. Nas últimas 12 semanas,

a previsão para o crescimento econômico neste ano foi reduzida e, agora, está em 1,24%. Enquanto isso, a cessão onerosa, uma das apostas para melhorar a arrecadação do governo, permanece cercada de incertezas.

Embora o secretário afirme que a questão está avançando a passos sólidos, o governo precisa do aval do Congresso para poder pagar à Petrobras pelos recursos obtidos com o leilão das áreas do pré-sal, que deve ocorrer no final de outubro. O valor em questão soma US\$ 9,058 bilhões.

Para a União, o valor arrecadado no leilão com bônus de assinatura e receita primária direta deve chegar a R\$ 106,6 bilhões. Sem a aprovação do Congresso, o governo corre o risco de descumprir a regra do teto de gastos.

“Estamos dialogando com o Congresso, parte imprescindível para chegarmos a bom termo todos os aspectos ligados à cessão onerosa.” afirmou.

A inclusão da questão em uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) já em tramitação é negociada com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Sem aval do governo, CCJ aprova texto da reforma tributária

Angela Boldrini e
Talita Fernandes

BRASÍLIA A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (22), em votação simbólica, a admissibilidade da reforma tributária.

O texto, que irá para a fase de comissão especial, é articulado pelo Legislativo, sem a ajuda do governo federal.

Congressistas próximos ao presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), dizem que ele tem se irritado com a falta de envolvimento do Planalto. O deputado tentou marcar, sem sucesso, encontros com a equipe econômica antes da apresentação do relatório.

Assim, o avanço da proposta do economista Bernard Appy, do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), por meio de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de Baleia Rossi (MDB-SP), é visto como um recado do Parlamento.

Deputados tentam mostrar que podem fazer sua própria agenda ser aprovada com rapidez sem o auxílio do Planalto.

A reforma aprovada nesta quarta prevê a substituição, em dez anos, de cinco tributos que incidem sobre o consumo, sendo três federais (PIS/Cofins e IPI), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS), por um imposto único: o IBS (imposto sobre bens e serviços).

Nos primeiros dois anos, o novo tributo seria cobrado com alíquota de 1%, destinado a financiar a seguridade social. Em compensação, haveria redução das taxas da Cofins.

Já nos outros oito anos, as alíquotas de IPI, ICMS, ISS, Cofins e PIS seriam progressivamente reduzidas, enquanto a do IBS subiria visando manter a carga tributária.

Apenas o PSOL decidiu obstruir a votação e se posicionou contrariamente à proposta. Outros partidos de oposição, como PT, PSB e PDT, orientaram suas bancadas favoravelmente ao texto da reforma.

Já o secretário da Receita, Marcos Cintra, disse que vê “com otimismo” o fato de a CCJ da Câmara ter aprovado o projeto de reforma tributária.

“Acompanho reforma tribu-

tária há 30 anos e é a primeira vez que vejo Executivo e Legislativo trabalharem juntos em um projeto. O governo vai apoiar esse projeto, conhece o projeto, logicamente que vamos opinar quando chegar o momento oportuno na comissão especial, mas vejo com grande otimismo a perspectiva de avanço rápido”, disse.

Embora tenha comemorado o fato de Legislativo e Executivo estarem “de mãos dadas”, Cintra não compareceu à audiência pública na CCJ.

Ele avisou sobre sua ausência a Francischini, com apenas 20 minutos de antecedência. Quando lhe foi perguntado se o governo federal vai apresentar outro projeto de reforma, Cintra afirmou que alguns pontos não estão incluídos no texto aprovado nesta quarta.

“Por exemplo, o Imposto de Renda não está incluído. Acompanharemos esse projeto, que já conhecíamos e a Receita vinha analisando. Portanto, houve coincidência de interesses, de posições com relação a esse projeto.”

Segundo Cintra, outros te-





aguarda “outros projetos prioritários” para depois apresentar a proposta de reforma da estrutura tributária.

Além de não precisar quando, ele usou a cautela ao falar que qualquer trâmite depende do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que estremeceu relações com o Planalto ao bater boca com o líder do governo na Casa, Major Vitor Hugo (PSL-GO), em reunião de líderes partidários.

“Não sei se será nesta comissão especial ou se haverá a instalação de alguma outra comissão porque são projetos. Ele [Maia] poderá pensar, ele podia pensar todos eles, inclusive a Previdência, mas isso é um assunto que ele que vai ver. Eu não sei o tratamento que ele vai dar. Mas apresentaremos os projetos no momento oportuno.”

Para Cintra, o importante é a reforma da Previdência. “Assim que ela estiver bem encaminhada, como disse o presidente, vamos dar nossa contribuição relativa aos impostos federais. E, nesse ínterim, apoiaremos Legislativo e o projeto avaliado hoje.”

Comissão do Senado aumenta parcela dos estados no Orçamento

BRASÍLIA A CCJ do Senado aprovou nesta quarta (22) PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que aumenta a fatia dos estados no Orçamento da União. Pelo texto aprovado, que passará pelo plenário do Senado antes de ir para a Câmara, a parcela de Imposto de Renda e de IPI repassada pelo governo federal ao FPE (Fundo de Participação dos Estados) subirá de 21,5% para 26%.

O avanço da PEC era um dos seis pontos da carta que governadores entregaram a Jair Bolsonaro em 8 de maio como condição para apoiar a reforma da Previdência.

Os governadores também querem a implementação imediata do Plano Mansueto, programa que vai permi-

tir que estados em dificuldade possam tomar dinheiro emprestado com aval da União.

A lista de cobranças traz a votação da Lei Kandir, que garante a compensação pelas perdas na arrecadação tributária decorrente da desoneração de exportações. Os governadores ainda defendem que o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) seja permanente e dotado de status constitucional.

Também foram cobradas a regularização da securitização de créditos dos estados e a garantia de repasses federais dos recursos da cessão onerosa e do bônus de assinatura dos campos do pré-sal.

O autor da proposta aprovada na comissão, senador Lucas Barreto (PSD-AP), afirma que o objetivo da PEC é reequilibrar as relações federativas. **Daniel Carvalho**

Após protestos, governo usa reserva para reduzir bloqueio de recursos da Educação

Orçamento. Equipe econômica resolveu tirar de reserva R\$ 1,58 bilhão para recompor orçamento do MEC que, ainda assim, continuará com R\$ 5,4 bilhões contingenciados; secretário especial de Fazenda admitiu que a medida foi fruto de ‘decisão política’

Idiana Tomazelli
Lorena Rodrigues

Após protestos contra cortes na Educação se alastrarem por diversas cidades do País, o governo decidiu reduzir em R\$ 1,59 bilhão o bloqueio de recursos para a pasta. O dinheiro sairá da reserva que a equipe econômica vinha mantendo para fazer frente a emergências ou a novas frustrações na arrecadação, diante do cenário pessimista para a economia neste ano. A medida não tornou o Ministério da Educação (MEC) imune ao arrocho orçamentário. A pasta continuará com R\$ 5,4 bilhões contingenciados. Houve, na verdade, um alívio no contingenciamento que já estava programado desde março e a pasta ficou livre de bloqueio adicional.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, admitiu que a medida foi fruto de “decisão política”, mas evitou carimbá-la como reflexo das manifestações ocorridas na semana passada. Segundo ele, o fôlego dado ao MEC e ao Ministério do Meio Ambiente (de R\$ 56,6 milhões) foi baseado em critérios técnicos e ratificado pelo conselho de ministros. “Governar é estabelecer prioridades”, disse Rodrigues. “O cobertor é curto.” Em março, o governo anunciou que R\$ 29,8 bilhões do Orçamento teriam de ser contingenciados. A medida atingiu todas as pastas e colocou a máquina pública sob risco de apagão nos serviços.

Apesar disso, o governo identificou a necessidade de bloquear outros R\$ 2,2 bilhões para assegurar o cumprimento da meta fiscal deste ano, que permite déficit de R\$ 139 bilhões. Isso ocorreu porque a equipe econômica reduziu a estimativa de alta no PIB de 2,2% para 1,6% – o mercado está ainda mais pessimista, esperando avanço de apenas 1,24%. Quando o País cresce menos, entram menos receitas com tributos nos

cofres do governo. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que, caso haja risco de descumprimento da meta fiscal, o governo deve contingenciar recursos para segurar gastos. Lideranças políticas chegaram a relatar que o presidente Jair Bolsonaro pediu ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, para reverter a situação e não impor novos bloqueios à área.

À época, Casa Civil, MEC e Economia negaram solicitação nesse sentido. Em meio ao desgaste político provocado pelas manifestações, a Junta de Execução Orçamentária (formada pelos ministros da Economia e da Casa Civil) decidiu barrar o aperto adicional a órgãos públicos como um todo, numa decisão chancelada pelos demais ministros. Para isso, o “colchão de segurança” que até então contava com R\$ 5,4 bilhões, foi reduzido. Foi dessa reserva que “saíram” recursos para desafogar MEC e Meio Ambiente. A reserva ficou com margem menor, de só R\$ 1,56 bilhão, para emergências e absorver nova baixa das expectativas de arrecadação.

CONJUNTURA »

Educação consegue liberação de R\$ 1,5 bi

O recurso para a pasta e os R\$ 56,5 milhões destinados ao Meio Ambiente fazem parte de uma reserva orçamentária, segundo o Ministério da Economia. Relatório do 2º bimestre mostra piora no PIB e na inflação e mantém projeção de deficit para este ano

» LUIZ CALCAGNO

Após milhares de pessoas tomarem as ruas de mais de 200 cidades contra cortes na educação, o governo anunciou uma recomposição de R\$ 1,5 bilhão na verba do Ministério da Educação. O dinheiro foi tirado de uma reserva orçamentária de R\$ 5,3 bilhões, anunciada durante a divulgação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do Executivo. O levantamento, que apresentou os parâmetros econômicos do governo após o 2º bimestre, apontou uma previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real para 2019 em 1,6%. O valor é maior que o anunciado na Câmara em 14 de maio pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de 1,5%, e que a avaliação do mercado, de 1,2%.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou, durante a coletiva de divulgação do relatório bimestral, na tarde de ontem, que a decisão de fazer a recomposição do MEC foi técnica. O Ministério do Meio

Ambiente foi outro que também recebeu uma recomposição: de R\$ 56,6 milhões. A verba será repassada por decreto aos ministérios em 30 de maio. A reserva orçamentária fecha, após os repasses, em R\$ 1,5 bi. Vale lembrar que o dinheiro, também resultado do contingenciamento de verbas, não foi anunciado na apresentação do relatório do 1º bimestre.

Para completar, ainda ontem, o MEC divulgou em seu site que não aplicará o último contingenciamento “no valor de R\$ 1,6 bilhão”. “Hoje, a pasta tem R\$ 5,8 bilhões contingenciados, valor estabelecido pelo decreto nº 9.741, de 29 de março. O valor representa 3,9% do orçamento do MEC de R\$ 149,7 bi para 2019”, informou a comunicação do órgão. O governo anunciou, também, que não fará contingenciamento adicional em órgãos do Executivo e manterá “os limites atuais dos ministérios”.

Sobre o PIB de 1,6%, o relatório afirma que “indicadores de atividade econômica observados no primeiro trimestre não se recuperaram, como esperado no começo deste ano”. O PIB nominal, que ficou em R\$ 7,3 trilhões nos primeiros dois meses de 2018, caiu para 7,2 trilhões no segundo bimestre. “No caso do PIB real, são dados calculados periodicamente. Mantivemos a estimativa feita pelo Ministério da Economia. O nominal reflete a

queda”, explicou Waldery.

Inflação aumenta

A inflação também foi projetada para cima. O Índice de Preços ao consumidor Amplo (IPCA) acumulado subiu de 3,8% para 4,1%, variação de 0,3 ponto percentual. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado foi de 4,2% nos primeiros dois meses do ano, para 4,8% nos dois seguintes. O valor se mantém abaixo do centro da meta da inflação para o ano, que é de 4,25%.

O documento mantém em R\$ 139 bilhões o deficit para este ano. A variação da receita primária total ficou em R\$ 711,3 milhões. A exploração de recursos naturais, mais precisamente de petróleo, que, na variação, ficou em R\$ 3.582,0 bilhões, puxou o valor da receita para cima. Porém, somadas, as despesas primárias obrigatórias (que, por lei, o governo é obrigado a pagar na integralidade) e discricionárias variaram para baixo, entre o primeiro e o segundo bimestre, em R\$ 3.183,65 bilhões.

Entre as principais variações nas receitas primárias, o Cofins/PIS-Pasep registrou queda de R\$ 12.567 milhões, devido à “incorporação dos efeitos da contabilização das compensações tributárias das alterações promovidas pela Lei nº 13.670/2018. Já o Imposto de





Renda arrecadou valores superiores aos estimados pela incorporação, “nas estimativas de restituições, dos efeitos de contabilização das compensações tributárias decorrentes das alterações promovidas” pela mesma lei. Ficou em R\$ 8.211 milhões, provocando

uma queda de R\$ 5,45 bilhões nas receitas administradas. A arrecadação líquida para o RGPS cresceu R\$ 429 milhões; a exploração de recursos naturais, em R\$ 3,5 bilhões; e o dividendo e participações em R\$ 1,6 bilhão.

Piora

Confira os parâmetros econômicos apresentados no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do governo federal

Parâmetros	1º bimestre	2º bimestre	Variação
PIB real	2,2%	1,6%	-0,6%
PIB Nominal	R\$ 7,3 trilhões	R\$ 7,2 trilhões	-R\$ 61,3 bilhões
IPCA acumulado	3,8%	4,1%	0,3%
INPC acumulado	4,2%	4,8%	0,6%
IGP-DI acumulado	4,3%	6,1%	1,8%
Taxa Selic média	6,5%	6,5%	0,0%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	3,7%	3,8%	0,1%
Preço médio do Petróleo (US\$/barrel)	65,4	65,5	0,1
Valor do salário mínimo	R\$ 998	R\$ 998	R\$ 0,0
Massa salarial nominal	5,1%	5,2%	0,1%

Polêmicas

O relatório aponta para um crescimento do PIB de **1,6%** em 2019, acima da expectativa do mercado, que já prevê alta de apenas **1,2%**.

O governo apresentou uma reserva orçamentária que não estava no primeiro balanço do ano, de **R\$ 5,3 bilhões**. A verba foi usada para fazer uma recomposição dos contingenciamentos sofridos pelos ministérios da Educação e do Meio Ambiente. O MEC recebeu **R\$ 1,5 bilhão**; e o MMA, **R\$ 56,6 milhões**.

CONJUNTURA »**Weintraub conta com Petrobras**

» MARIA EDUARDA
CARDIM

A terceira ida do ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao Congresso Nacional ficou marcada por uma confusão que encerrou a audiência pública da Comissão da Educação da Câmara dos Deputados. Weintraub voltou ao Legislativo para aprofundar os esclarecimentos sobre o contingenciamento da verba das universidades e instituições federais de ensino superior, anunciados no início de sua gestão.

O ministro defendeu, novamente, que os efeitos do bloqueio só devem ser sentidos em setembro, e que acredita encontrar uma solução até lá. “Se a gente conseguir resgatar o dinheiro da Petrobras, que já está internalizado no Brasil, roubado e recuperado, já é um grande alívio para as contas”, disse.

A sessão, que durou cerca de quatro horas e 30 minutos, foi finalizada após um bate-boca entre a deputada que presidia o encontro, Professora Marcivânia (PCdoB-AP), e parlamentares governistas, que se opuseram à decisão da presidente de conceder direito de fala à presidente da União Nacional

dos Estudantes (UNE), Marianna Dias, e ao presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Pedro Gorki.

Antes da confusão, entretanto, alguns temas tiveram destaque no debate, como o Enem, a cobrança de mensalidade nas universidades federais e o Fundeb. Como já havia declarado anteriormente, Weintraub disse ser contra a cobrança na graduação, mas afirmou que é a favor da arrecadação nos cursos de pós-graduação. “Se a gente focar na cobrança de pós-graduação, aí não tem o que discordar. Tá lá o bonitão com o diploma de advogado, ele paga. Esse tem condição de pagar. (...) E não é pra toda pós-graduação, mas para as que têm visão de mercado, a gente pode cobrar”, disse.

Na última semana, Weintraub foi convocado para comparecer ao plenário da Câmara dos Deputados. No discurso, o ministro adotou um tom mais duro e culpou governos passados pelo contingenciamento. Ontem, voltou a alfinetar gestões anteriores. “A época de jogar dinheiro e sem perguntar para onde vai e por que acabou”, disse, se referindo ao dinheiro recuperado da Petrobras.